

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE
SANEAMENTO - CESAN**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

1. Contexto operacional

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nºs 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista controlador, o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado, contratos de concessão e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atuava em 53 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 948.537 economias em abastecimento de água (924.423 em 31.12.2020) e 572.493 economias em esgotamento sanitário (552.035 em 31.12.2020). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias		Nº de Economias		
	2021	2020	2021	2020	
Vila Velha	194.334	189.451	111.706	106.239	26/02/2046
Serra	169.634	163.898	139.910	134.351	26/06/2043
Vitória	147.051	143.832	124.614	125.061	21/03/2049
Cariacica	118.421	116.056	50.399	48.295	24/06/2048
Guarapari	69.057	66.682	47.054	44.277	26/12/2047
Viana	19.130	18.208	9.116	8.894	24/06/2048
Piuma	14.370	14.132	8.632	8.501	10/10/2022
Nova Venécia	14.200	13.889	4.320	4.217	20/07/2039
Castelo	11.885	11.743	10.119	9.975	06/07/2048
Barra São Francisco	11.200	11.015	3.720	3.671	21/11/2039
Outros	179.255	175.517	62.903	58.554	
Total	948.537	924.423	572.493	552.035	

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detém a concessão.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada para emissão pela Administração da Companhia em de 14 de Fevereiro de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e os financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas

que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- Nota Explicativa nº 06 - Créditos e contas a receber de usuários;
- Nota Explicativa nº 10 - Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 11 - Intangível;
- Nota Explicativa nº 12 - Contrato de concessões indenizáveis;
- Nota Explicativa nº 13 - Arrendamento Mercantil
- Nota Explicativa nº 18 - Provisões e passivos contingentes

d. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia realiza seu planejamento com premissas de continuidade de suas atividades operacionais e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis inclusive nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros

resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos

mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber

e.1. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo

diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica “Despesas comerciais”.

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão adicional sobre todos os títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e.2. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) contabilizados de acordo com o ICPC 01, quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados pela tarifa definida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP, por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante conforme detalhado na Nota nº 12, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2021-2020	
	Anos	%
Edificações e Estruturas	25	4
Móveis e utensílios	10	10
Veículos e equipamentos de transporte	5	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Equipamentos - Laboratório	10	10
Computadores e periféricos	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 - Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2021, não sendo necessário ajustes.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são

tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

A conta “fornecedores” refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período

em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões para riscos cíveis, tributária, trabalhistas e ambiental

A Companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação das probabilidade de perda e saídas futuras de caixa são realizadas por nossa assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes.

A administração da companhia embasa na opinião de seus assessores jurídicos acredita que as provisões reconhecidas, são necessárias e adequadas com base situação dos processos judiciais e legislações em vigor no país.

l. Contribuição Social

A tributação sobre a renda compreende a contribuição social corrente e diferida.

Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730 transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária Recíproca para a CESAN conforme artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal, sobre os impostos de competência da União.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia entende que em observância ao ICPC 22, todos os reconhecimentos tributários efetuados na contabilidade e na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento por parte das autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas sobre serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS	1,65
COFINS	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Contratos de concessão

A Companhia desenvolve várias ações para **manutenção** dos Contratos de Programa de acordo com a Lei 11.445/2007, tais como participação em audiências públicas, reuniões com as Câmaras, Prefeituras, elaboração e revisão de instrumentos jurídicos, inclusive prestando apoio técnico na revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos Municípios que detêm a concessão.

Dos 53 municípios sob concessão da CESAN, 46 possuem Contrato de Programa assinado de acordo com a Lei 11.445/2007 com prazo de vencimento entre 2033 e 2050; 03 (Laranja da Terra, Pinheiros e Presidente Kennedy) estão com Contratos de Concessão vencidos, todavia, com a continuidade da prestação dos serviços; 01 (Montanha) está com a lei autorizativa aprovada e publicada, no entanto, a falta de aprovação do plano municipal de saneamento básico, inviabilizou a celebração de

Contrato de Programa sem prévio procedimento licitatório, conforme Lei Federal 14.026/2020.

Os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos de concessão em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas Câmaras municipais no exercício de 2019. O município de Piúma instituiu a lei municipal nº 2.348/2019 que em seu artigo nº 54 determinou que o contrato de concessão existente perderá sua vigência na data de seu vencimento (10/10/2022).

O prazo referencial de validade dos Contrato de Programa é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2021, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP-ES e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzam a eficiência e eficácia dos serviços, quanto permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando tanto os custos e despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m³ fixado pela ARSP-ES.

n. Contratos de Arrendamento Mercantil

A partir de 01/01/2019 entrou em vigor a norma contábil IFRS 16 (CPC 06 R2).

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade

A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções,

(i) reconhecimento de arrendamentos de ativos de “baixo valor” e (ii) arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

o. Reajuste Tarifário

Na data de 19/08/2021 a ARSP-ES publicou a Resolução nº 051/2021 autorizando o reajuste nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 9,0% a partir de 01 de outubro de 2021.

p. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II).

Relativamente aos benefícios oferecidos aos empregados, a empresa segue as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis nº 33 (R1), o qual estabelece e torna obrigatório o reconhecimento oriundo dos benefícios oferecidos aos empregados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o

final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas “Participação de Empregados”, no passivo circulante, e “Participação dos Empregados”, no resultado.

q. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com

a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

r. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

s. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da Companhia por ciclos mensais de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. As receitas de serviços não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

t. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

u. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica “Despesas Financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

v. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, com a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, desde que haja com essas empresas e órgãos públicos, relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

As operações com partes relacionadas foram praticadas pela administração da companhia nas mesmas condições de mercado conforme pratica com os demais clientes.

w. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

x. Pronunciamentos novos ou revisados que serão aplicados a partir de 01/01/2022

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	66	64
Bancos - conta movimento	19.657	12.425
Aplicação Financeira de Curto Prazo	66.714	122.789
Total	86.437	135.278

Aplicações Financeiras - livre movimentação	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal	38.093	83.410
Banestes	28.621	39.379
	66.714	122.789

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam em média de 98,0% do Fundo DI.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. Depósitos Vinculados

A Companhia mantém depositado no Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras-Depósitos Vinculados	31/12/2021	31/12/2020
Convênios FUNASA x Gov Estado	695	2.255
Contas Reservas-Obras Financiadas CEF	3.336	3.402
Conta Reserva Banco do Nordeste	100	97
Conta Reserva PPP's	10.358	9.518
Conta Vinculada PPP's	2.797	1.426
Programa Aguas da Paisagens	2.688	2.577
Contrapartida BNDES - Aguas da Paisagem	1.591	14.700
Convenio FINEP	268	272
Barragem dos Imigrantes		1
Governo Estado para Obras Diversas	125.356	98.255
Bloqueios Judiciais	423	407
Total	147.612	132.910

6. Créditos e contas a receber de usuários

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários	245.344	16.003	261.347	179.317	21.476	200.793
Valores a receber de Parte relacionada	369	-	369	15.737	-	15.737
Consumo não faturado	41.858	-	41.858	42.788	-	42.788
Total Contas a Receber	287.571	16.003	303.574	237.842	21.476	259.318
Arrecadação a discriminar	(4.476)		(4.476)	(3.901)		(3.901)
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(130.905)		(130.905)	(86.970)		(86.970)
	(135.381)	-	(135.381)	(90.871)	-	(90.871)
	152.190	16.003	168.193	146.971	21.476	168.447

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água e esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste trimestre.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
Valores a Faturar	41.858	13,8%	42.788	14,1%
Valores faturados				
A vencer (circulante + não circulante)	<u>88.407</u>	29,1%	<u>93.233</u>	30,7%
Total a receber vincendos	<u>130.265</u>		<u>136.021</u>	
Vencidos até 30 dias	27.720	9,1%	25.269	8,3%
Vencidos de 31 a 60 dias	13.261	4,4%	13.111	4,3%
Vencidos de 61 a 90 dias	8.524	2,8%	8.349	2,8%
Vencidos de 91 a 120 dias	7.296	2,4%	6.658	2,2%
Vencidos de 121 a 150 dias	6.335	2,1%	5.969	2,0%
Vencidos de 151 a 180 dias	6.114	2,0%	5.918	1,9%
Vencidos acima de 180 dias	<u>104.059</u>	34,3%	<u>58.023</u>	19,1%
	<u>173.309</u>		<u>123.297</u>	
Total	<u>303.574</u>	100%	<u>259.318</u>	100%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 44.370 (R\$ 49.460 em 31 de dezembro de 2020) como provisão para perdas.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo final do período anterior	86.970	38.501
Provisão para perdas de contas a receber	44.733	49.460
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(798)	(991)
Saldo Final do período corrente	<u>130.905</u>	<u>86.970</u>

Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD): a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento individualizado.

De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla negatização do cliente nos órgãos de proteção ao crédito e interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de todas as classes de consumidores vencidos há mais de 180 dias. A Companhia constitui provisão adicional para perdas a partir do vencimento individualizado de cada fatura de cliente que possua valores a receber vencidos a mais de 180 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

6.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber oriundo de faturas de água e esgoto com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31/12/2020	31/12/2019
Orgaos Publicos Estaduais	2.939	2.641
Órgãos Públicos Municipais	12.798	18.767
Total	15.737	21.408

7. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda antecipado (a)	11.175	10.780
Contribuição Social antecipada (a)	36	42
CSL Base Negativa	2.289	3.414
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	303	296
PIS Lei nº 9.430/96	2	1
Contribuições previdenciárias	3.128	2.979
Taxas de Dominio - DNIT	1.380	1.326
Outros tributos a recuperar	-	-
Total	18.313	18.838
Circulante	7.137	8.058
Não circulante	11.176	10.780
	18.313	18.838

- (a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na Nota Explicativa nº 31.

8. Adiantamentos e Convênios

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a Fornecedores	153	163
Adiantamento a empregados	7.934	6.518
Creditos de Órgãos Públicos	47	96
Depositos Plano II- Faeces- Empreg.Desligados	1.212	1.109
Premios de seguros	122	182
	9.468	8.068
Circulante	5.485	4.580
Não circulante	3.983	3.488
	9.468	8.068

9. Impostos diferidos

O valor da Contribuição Social reconhecido no passivo não circulante quando correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas de clientes - PDD Gerencial	31.474	30.675			31.474	30.675
Contingências Trabalhistas e Civeis	54.801	46.397			54.801	46.397
Reserva de reavaliação			(126.129)	(132.484)	(126.129)	(132.484)
Pronunciam. CPC x Legis. Tributária	(22.008)	(16.924)			(22.008)	(16.924)
Estudo atuarial Faeces					-	-
Base - diferença temporária	64.267	60.148	(126.129)	(132.484)	(61.862)	(72.336)
Base - diferença temporária	5.784	5.413	(11.352)	(11.924)	(5.568)	(6.510)
Impostos ativos (passivos)	5.784	5.413	(11.352)	(11.924)	(5.568)	(6.510)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31/12/2020	Reconhecimento apuração do tributo	31/12/2021
Reserva de reavaliação	(11.924)	(572)	(11.352)
Diferenças temporárias	5.414	(370)	5.784
	(6.510)	(942)	(5.568)

10. Imobilizado

10.1. Composição dos saldos

	Taxas anuais depreciação	31/12/2020		31/12/2021	
		Total Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido
Terrenos	-	3.844	3.884	-	3.884
Edificações e estruturas	4%	10.467	24.767	(13.667)	11.100
Móveis e utensílios	10%	1.996	10.677	(7.393)	3.284
Veículos Equip. Transportes	20%	5.175	19.419	(15.679)	3.740
Máquinas e Equipamentos	10%	4.005	17.001	(12.891)	4.110
Computadores e periféricos	20%	3.565	26.906	(21.798)	5.107
Total		29.053	102.653	(71.429)	31.225

A depreciação do exercício de 2021 apropriada ao resultado foi de R\$ 5.123 (R\$ 5.528 em 31 de dezembro de 2020) como despesa administrativa.

10.2. Movimentação

	Saldo em	2020		Saldo em	2021		Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Terrenos	3.844	-	-	3.844	111	(72)	3.884
Edificações e estruturas	23.364	383	-	23.747	1.641	(621)	24.767
Móveis e utensílios	8.791	154	(16)	8.929	1.757	(10)	10.677
Veículos Equip. Transportes	22.716	283	(3.580)	19.419	-	-	19.419
Máquinas e Equipamentos	14.390	2.176	(68)	16.498	1.020	(518)	17.001
Computadores e periféricos	20.925	3.213	(133)	24.006	2.904	(4)	26.906
Subtotal	94.031	6.209	(3.796)	96.444	7.433	(1.224)	102.653
Depreciação Acumulada	(65.641)	(5.528)	3.777	(67.391)	(5.123)	1.086	(71.429)
Total	28.391	682	(19)	29.053	2.310	(138)	31.225

11. Intangível

11.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

	31/12/2020		31/12/2021		
	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a Valor Recuperável	Valor líquido
Ativos da Concessão	2.247.379	3.719.854	(1.129.427)	(184.862)	2.405.565
Intangível em andamento	624.177	723.808	-	-	723.808
Software	12.880	92.140	(80.440)	-	11.700
Total	2.884.437	4.535.803	(1.209.867)	(184.862)	3.141.073

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2021, no total de R\$ 723.808 refere-se em obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 149.487; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 463.033; R\$ 24.192 em materiais para aplicação em obras e R\$ 87.096 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Capitalização de juros e encargos financeiros

Os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos de ativos durante a fase de construção são apropriados no custo dos empreendimentos na conta de obras em andamento até a sua conclusão. Assim que o empreendimento é concluído os juros e encargos passam a ser contabilizados como despesas financeiras.

No exercício findo em 31/12/2021 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 8.123 (R\$ 4.482 no exercício 2020).

A amortização do exercício de 2020 foi de R\$ 45.276 (R\$ 99.838 em 2020).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;

- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

11.2. Movimentação

	Saldo em	2020				Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização acumulada	Ajuste a Valor Recuperável	31/12/2020
Intangível						
Ativos da Concessão Líquidos	2.115.375	274.127	(74.609)	(94.102)	26.587	2.247.379
Intangível em andamento	557.980	263.386	(197.189)	-	-	624.177
Software	13.999	4.617	-	(5.736)	-	12.880
Total	2.687.355	542.130	(271.797)	(99.838)	26.587	2.884.437

	Saldo em	2021				Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização acumulada	Ajuste a Valor Recuperável	31/12/2021
Intangível						
Ativos da Concessão Líquidos	2.247.379	313.701	(93.715)	(41.586)	(20.214)	2.405.565
Intangível em andamento	624.177	378.751	(279.120)	-	-	723.808
Software	12.880	2.509	-	(3.689)	-	11.700
Total	2.884.437	694.961	(372.835)	(45.276)	(20.214)	3.141.073

Em dezembro de 2021 a Companhia realizou baixas de ativos, mais especificamente de Hidrômetros, no valor de custo R\$ 60.689 e respectiva depreciação acumulada no valor de R\$ 56.014, que refletiu em R\$ 4.675 em despesas no resultado do período, este fato contribuiu para variação do saldo de depreciação acumulada do período atual em relação ao período anterior. As referidas baixas foram decorrentes do processo de Revisão Tarifária implementado pela ARSP-ES (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo) no ano de 2021.

12. Contrato de concessões indenizáveis

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 164.259 (R\$ 144.208 em 31 de dezembro de 2020) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias

ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas de Construção	31.745	21.126
(-) Custos de Construção	27.361	18.209
(=) Receita de Construção Líquida	<u>4.384</u>	<u>2.918</u>

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

13. Arrendamentos

A Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivo de arrendamento, gerando o seguinte impacto:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos de direito de uso	2.793	4.738
Passivo de Arrendamento	2.793	4.738

O preço específico mensal do contrato será reajustado anualmente, tomando-se por base a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Em 31 de dezembro de 2021, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos de 6,92%.

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento mercantil de direito de uso:

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial 1º Janeiro 2021	2.520	2.218	4.738
Adições	480	-	480
Remensurações	-	-	-
Depreciação	(962)	(1.463)	(2.425)
Saldos em 31 de dezembro 2021	2.038	755	2.793

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	TOTAL
Saldo inicial 1º Janeiro 2021	2.520	2.218	4.738
Adições	480	0	480
Remensurações	0	0	0
Contraprestação Principal	(962)	(1.463)	(2.425)
Contraprestação Juros	(142)	(53)	(195)
Juros	142	53	195
Saldos em 31 de dezembro 2021	2.038	755	2.793
Passivo Circulante	986	755	1.741
Passivo não circulante	1.052	0	1.052

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial 1º Janeiro 2020	817	-	817
Adições	2.219	2.218	4.437
Remensurações	-	-	-
Depreciação	(516)	-	(516)
Saldos em 31 de Dezembro 2020	2.520	2.218	4.738

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	TOTAL
Saldo inicial 1º Janeiro 2020	817	-	817
Adições	2.219	2.218	4.437
Remensurações	-	-	-
Contraprestação Principal	(516)	0	(516)
Contraprestação Juros	(253)	(97)	(350)
Juros	253	97	350
Saldos em 31 de Dezembro 2020	2.520	2.218	4.738
Passivo Circulante	1291	1900	3.191
Passivo não circulante	1.229	318	1.547

Expectativa de inflação futura

Ano	Valor %
2020	3,61
2021	3,75
2022	3,50

Fonte: Boletim Focus - Banco do Brasil de 27 de

dezembro de 2019 - IPCA Mediana - Agregado

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por Múltiplos signatários

em: 12/05/2022 10:19.

14. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais	9.585	10.785
Fornecedores de serviços	60.098	36.138
Total	69.683	46.923
Circulante	68.867	46.107
Não Circulante	816	816
	69.683	46.923

15. Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional:						
CEF (a)	12.948	179.223	192.171	13.766	176.481	190.247
Banco do Nordeste	244	2.563	2.807	122	2.868	2.990
BNDES (c)	-	23.320	23.320	-	23.320	23.320
Total	13.192	205.106	218.298	13.888	202.669	216.557

	MOVIMENTAÇÃO			
	31/12/2020	Adição	Amortização	31/12/2021
CEF	190.247	15.667	(13.743)	192.171
BNDES	23.320	-	-	23.320
Banco do Nordeste	2.990	-	(183)	2.807
Total	216.557	15.667	(13.926)	218.298

Caixa Econômica Federal - formado por 37 contratos, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 8,00% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial - TR.

Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

“O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora.”

BNDES - Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contra partida para as obras do Programa Águas das Paisagens,

Obrigações Especiais da Beneficiária relativas ao Desempenho Financeiro - Covenants

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente, com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Receita Cedida

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNDES o valor R\$ 6.132.

Banco do Nordeste do Brasil S/A - Contrato firmado com o objetivo de executar obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios cadastrados na área da SUDENE operados pela CESAN, no território do Estado do Espírito Santo.

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNB o valor R\$ 7.658.

Índice	Meta	31/12/2021	31/12/2020
EBTIDA Ajustado /Serv.Divida Ajustado	>1,5	7,42	7,37
Divida Liquida Ajustada+Outras Dividas/ EBTIDA Ajustado	<4,0	(0,06)	(0,18)

DEFINIÇÕES

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = EBTIDA/Serviço da Dívida		7,42	7,37
EBTIDA AJUSTADO = Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (IRPJ E CSLL), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos Ajustes IFRS((Ajustes IFRS: Resultado entre as receitas e custos relativos a prestação de serviços de construção acrescido das Receitas Financeiras calculadas na taxa efetiva de juros sobre os Ativos Financeiros, quando existirem.)		250.946	277.511
Serviço da Dívida = Amortização de principal + pagamento de juros		33.835	37.642
Dívida líquida ajustada = Empréstimos + financiamentos + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa		(15.752)	(51.631)
Outras Dívidas = Obrigações Previdenciárias e com Plano de Assistência Médica + Parcelamento de Dívidas Tributárias + Parcelamento de dívidas com fornecedor de Energia Elétrica		1.199	898

16. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
ISS Retido na Fonte	1.720	1.571
Contribuição social	450	
Contribuições retidas na fonte	1.191	991
PIS	695	696
COFINS	3.246	3.222
INSS Retido na fonte	1.623	1.267
IR Retido na Fonte	3.567	3.091
Total	12.492	10.838

17. Salários e Encargos a pagar

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS a pagar	10.349	10.773
FGTS a pagar	3.262	3.434
Sesi/Senai a pagar	478	370
Consignações a pagar	1.668	1.697
Férias a pagar	18.314	17.252
13º a pagar	-	877
Licença Prêmio	6.224	7.567
Total	<u>40.295</u>	<u>41.970</u>

18. Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

Movimentação dos Processos Judiciais

Circulante	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	15.151	33.712	(18.778)	30.085
Tributário	898	301	-	1.199
Cível	22.626	5.788	-	28.414
Total	38.675	39.801	(18.778)	59.698
Não circulante				
Trabalhista	26.073	20.623	(33.372)	13.324
Ambiental	101	129	-	230
Total	26.174	20.752	(33.372)	13.554

Movimentação depósitos judiciais

Não Circulante	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	3.563	163		3.726
Tributário	17.821	620		18.441
Trabalhista	55.663	11.516	(1.945)	65.234
Total	77.047	12.299	- 1.945	87.401

- a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.;
- b) A provisão tributária referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;
- c) As provisões trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de

- serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;
- d) As provisões ambientais referem-se a ação judicial movida pelo Ministério Público Estadual

18.2. Passivos Contingentes

A Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações, embasada na opinião de nossos assessores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento na instâncias judicial, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Cível	19.312	27.575
Trabalhista	45.540	49.732
Tributária	16.757	16.757
Total	81.609	94.064

19. Contribuições para FAECES (Benefícios pós-emprego)

Política Contábil

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;

- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames das Leis nº Complementares nº108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e auto patrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

Carências (aposentadoria programada)

- **Idade mínima:** 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa:** 10 anos (fundadores);
- **Tempo mínimo de plano:** 15 anos (não fundadores).

Carência (aposentadoria por invalidez)

- **Tempo mínimo de plano:** dois anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

Suplementação de aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

Suplementação de Pensão

- **Por morte em atividade:** 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte;
- **Por morte na aposentadoria:** 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.2. Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;

- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
 - Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
- ✓ Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% efetuada no máximo 12 vezes por ano;
 - ✓ Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
 - ✓ Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
 - ✓ Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
 - ✓ Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7,5% do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências

- Término do vínculo por qualquer razão;

- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 01 de fevereiro de 2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a) Salário-de-participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a R\$ 605,96 (seiscentos e cinco reais e noventa e seis centavos) em 31 dezembro de 2020, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da Fundação IBGE.

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- **Carências (Aposentadoria Programada):** a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:

- Tenha completado dez anos de contribuição para o Plano;
- Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador.
- Tenha atingido a idade mínima:
 - ✓ Aposentadoria Normal: 55 anos de idade;
 - ✓ Aposentadoria Antecipada: 50 anos de idade;
 - ✓ Carência (Aposentadoria por invalidez);
 - ✓ **Tempo mínimo de plano:** 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
 - ✓ Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.
 - ✓ Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada.

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício.

Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício;

Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria;
- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do

Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

- As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

19.3.1.1. Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 3,08% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 3,27% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 3,08 % a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: 1,83%;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo.

19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste:

- a) **Capacidade Salarial:** Não adotado;
- b) **Capacidade do benefício:** Não adotado.

19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

19.3.1.4. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) **Mortalidade Geral:** AT-2000 Masculina, suavizada em 15%;
- b) **Entrada em Invalidez:** Grupo Americana;
- c) **Mortalidade de Inválidos:** Tábua AT-49 Masculina.

19.3.1.5. Demográfica (Ativos)

- a) **Rotatividade:** fechado par novas adesões;
- b) **Geração Futura:** Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

19.3.1.6. Outras hipóteses

- a) **Entrada em Aposentadoria:** 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;

- b) Composição familiar do participante: considera-se que 90% serão casados na aposentadoria, sendo as esposas quatro anos mais jovens, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- c) Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos exercícios ora apresentados abaixo são:

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo Circulante	-	482
Passivo não Circulante-CPC 33	-	117.955
Total	<u>-</u>	<u>118.437</u>

A FAECES apresentou a CESAN o Relatório de Fiscalização da PREVIC nº 14/2020 onde o órgão regulador não acatou os Termos Aditivos nº 2 e 3 ao Contrato de Confissão de Dívida com Pacto Adjetivo de Caução, de 28/01/2001. Após cálculos realizados entre as partes foi apurado o valor de R\$ 13.707 a título de crédito para a Companhia a ser recebido em 144 meses conforme cláusula segunda do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, atualizada mensalmente a partir de janeiro de 2021 pela meta atuarial em vigor em cada exercício pelo Plano de Benefício Definido, com o recebimento a partir do mês de agosto/2021.

20. Créditos de Acionistas

A Companhia recebeu créditos monetários do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador para execução de obras de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário para os municípios que detém a concessão conforme quadro abaixo:

	<u>31/01/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos monetários de acionistas	118.716	55.282
Total	<u>118.716</u>	<u>55.282</u>

Movimentação dos Créditos de Acionistas

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Créditos para investimentos	34.748	20.534		55.282
	34.748	20.534	-	55.282

21. Subvenções para Investimento

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

- (a) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
- (b) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;
- (c) Recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação;
- (d) Recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- (e) Obras do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra localizado no município de Serra doadas a CESAN pela SUPPIN.
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Grande Vitória e adjacências localizado no município de Vitória repassado para operação da CESAN.
- (f) Obras do Sistema de Abastecimento de Água do distrito de Caxixe construído pelo município de Venda Nova do Imigrante e repassado para operação da CESAN.
- (g) Obras do Sistema de Abastecimento de Água de Sistema de Esgotamento Sanitário do Loteamento Morada do Sol, no município de Vila Valério.
- (h) Obras do Sistema de Abastecimento de água do distrito de Caxixe, construído pelo município de Venda Nova do Imigrante e repassado para operação da CESAN;

		31/12/2021	31/12/2020
Município de Cariacica	(a)	273	282
Município de Viana	(b)	178	183
Secret Estado de Turismo	(c)	71	286
Governo do Estado-Conv. ICMS	(d)	461	1.845
Suppin- Serra	(e)	4.304	4.418
Pref. Vitória	(f)	39.750	41.940
Vila Valério	(g)	426	426
Venda Nova do Imigrante	(h)	778	778
Total		46.241	50.158

22. Instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Instrumentos Financeiros	Mensuração	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	86.437	86.437	135.278	135.278
Contas a Receber de clientes	Custo Amortizado	168.193	168.193	168.447	168.447
Depositos Vinculados	Custo Amortizado	147.612	147.612	132.910	132.910
Adiantamentos e Convenios	Custo Amortizado	9.468	9.468	8.068	8.068
Contratos de Concessão Indenizáveis	Custo Amortizado	164.259	164.259	144.208	144.208
Total do Ativo Financeiro		575.969	575.969	588.911	588.911
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos, financiamentos e arrendamento	Custo Amortizado	218.298	218.298	216.556	216.556
Fornecedores	Custo Amortizado	69.683	69.683	46.923	46.923
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	2.793	2.793	4.738	4.738
Créditos de Acionistas	Custo Amortizado	118.716	118.716	55.282	55.282
Total passivo financeiro		409.490	409.490	323.499	323.499

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de cambio e risco de preços.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021 de 31 de dezembro de 2020.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela ARSP-ES para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
31/12/2021		
R\$ 218.298	+ 0,5%	1.091
	- 0,5%	(1.091)
31/12/2020		
R\$ 216.556	+ 0,5%	1.083
	- 0,5%	(1.083)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	575.969	588.911
Passivos financeiros	(409.490)	(323.499)
	166.479	265.412

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Passivos Financeiros			Total contábil
		Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	ao Custo Amortizado	
31 de dezembro de 2021					
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	86.437	-	86.437
Valores Mobiliários	4	-	147.612	-	147.612
Contas a receber de clientes e outros cr	5	-	168.193	-	168.193
Adiantamentos e Convênios	7	-	9.468	-	9.468
Contrato de Concessão Indenizáveis	11	-	164.259	-	164.259
		-	575.969	-	575.969
Empréstimo, financiam e arrendamento	14	-	-	218.298	218.298
Fornecedores	13	-	-	69.683	69.683
Arrendamento Mercantil	12	-	-	2.793	2.793
Credito de Acionistas	19	-	-	118.716	118.716
		-	-	409.490	409.490

	Nota	Passivos Financeiros			Total contábil
		Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	ao Custo Amortizado	
31 de dezembro de 2020					
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	135.278	-	135.278
Depositos Vinculados	4	-	132.910	-	132.910
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	-	168.447	-	168.447
Adiantamentos e Convênios	7	-	8.068	-	8.068
Contrato de Concessão Indenizáveis	12	-	144.208	-	144.208
		-	588.911	-	588.911
Empréstimo bancário garantido	14	-	-	216.556	216.556
Fornecedores	13	-	-	46.923	46.923
Arrendamento Mercantil	12	-	-	4.738	4.738
Credito de Acionistas	19	-	-	55.282	55.282
		-	-	323.499	323.499

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	6,26	6,92
	6,26	6,92

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

I. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes.

No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
AAA	709	716
AA+	44.358	91.499
AA-	343	240
A+	188.398	168.147
A	110	12
	<u>233.918</u>	<u>260.614</u>

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

II. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	
31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos	13.436	28.779	31.512	144.571	218.298
Arrendamento Mercantil	1.741	1.052	-	-	2.793
Creditos de Acionistas	118.716	-	-	-	118.716
Fornecedores e outras obrigações	69.683	-	-	-	69.683
	203.576	29.831	31.512	144.571	409.490
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	13.888	26.698	28.759	147.211	216.556
Creditos de Acionistas	55.282	-	-	-	55.282
Fornecedores e outras obrigações	46.923	-	-	-	46.923
	116.093	26.698	28.759	147.211	318.761

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	218.298	222.788
Menos: caixa e equivalente de caixa (nota 04)	234.049	166.081
Dívida líquida	- 15.751	56.707
Total do patrimônio líquido	3.068.925	2.742.186
Total do capital	3.053.174	2.798.893
Índice de Alavancagem financeira %	-	1 2
Índice de capital de terceiros %	-	1 2

23. Partes relacionadas

23.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,85% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 13,95% de ações, totalizando 99,80% das suas ações. Os 0,20% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados nas Notas nºs 6.1 e 25.1, respectivamente.

A Companhia destinou ao Estado do Espírito Santo, Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 87.475 (R\$ 87.817 em 31/12/2020) que depende de aprovação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

23.2. Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES

A Companhia realiza operações com a FAECES como patrocinadora dos planos de Benefício Definido, Contribuição Definida e Plano de Saúde no valor total de R\$ 25.356 (R\$ 19.001 em 31/12/2019). Não existem operações comerciais entre as partes.

23.3. Remuneração aos administradores

A remuneração, encargos sociais e benefícios pagos aos Administradores até 31 de dezembro de 2020 estão detalhados abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração	2.243	2.336
Encargos Sociais	598	760
Benefícios	138	152
	<u>2.979</u>	<u>3.248</u>

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 2.704.061.255,00 (dois bilhões, setecentos e quatro milhões, sessenta e um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) (R\$ 2.519.733.059,00 em 31 de dezembro de 2019), representado por 2.704.061,255 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Governo do Estado do Espírito Santo	2.477.098.526	85,85%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	402.568.141	13,95%
Minoritários	5.728.273	0,20%
	<u>2.885.394.940</u>	<u>100%</u>

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 30, letra “a” do Estatuto Social da Companhia, a base de 5% do lucro líquido, não excedendo a 20% do do capital social integralizado. O valor reconhecido neste exercício foi de R\$ 8.908 (R\$ 9.395 em 31/12/2020). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

24.3. Dividendos

Conforme estabelecido na alínea “a” do §1º art. 33 do Estatuto Social aquota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25% (vinte e cinco por cento).

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

O valor apurado dos Juros sobre Capital Próprio em 31/12/2021 foi de R\$ 82.500 (R\$ 88.000 em 31/12/2020), sendo retido o valor de R\$ 25 (27 em 31/12/2020) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	178.159	187.898
Reserva legal (5%)	(8.908)	(9.395)
Realização da reserva de reavaliação	6.358	6.894
Base de cálculo dos dividendos	<u>175.609</u>	<u>185.397</u>
		0
Dividendos (25%)	43.902	47.213
Juros sobre capital próprio	82.500	88.000
Imposto de renda retido na fonte	(25)	(27)
Valor líquido para distribuição	<u>82.475</u>	<u>87.973</u>

24.4. Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou no exercício a título de reserva de reavaliação o montante de R\$ 5.786 (R\$ 4.826 em 31/12/2020), líquido da Contribuição Social sobre o Lucro. A realização da reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens patrimoniais registrados no ativo imobilizado e intangível, objeto das reavaliações.

24.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 33, parágrafo 1º, letra “c”, o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A Companhia apurou no exercício de 2021 o valor de R\$ 89.598 (R\$ 92.893 em 31/12/2020) o qual propõe a retenção dos lucros para aplicação em novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o exercício de 2021, conforme detalhado abaixo e aprovado no Plano de Negócios da CESAN.

Programas	Previstos 2021		
	Recursos	Outras	Total
	Próprios	Fontes	Previsto
Implant. E Ampl. Sist. Abast. Água	72.652	48.424	121.076
Implant. E Ampl. Sist. Esgot. Sanitário	104.315	111.640	215.955
Desenv. Operacional / Institucional	50.065	12.586	62.651
	<u>227.032</u>	<u>172.650</u>	<u>399.682</u>

24.6. Reserva de Incentivos Fiscais.

Companhia mantém todos os valores recebidos de órgãos governamentais registrado em movimentos de Subvenções para investimentos na conta de Em geral são contrapartida a empreendimentos de água e esgoto realizados no exercício. Esse valores não são distribuídos ou utilizados antes do prazo legal permitido

em legislação tributária vigente. Em 31/12/2020 foi apurado o valor de R\$ 2.938 (R\$ 2.904 em 31/12/2020).

24.7. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra “d” do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Empresarial por Resultados.

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.745/2020 de 23/12/2020.

A cláusula sétima do “Acordo para Participação dos Resultados” firmado entre a CESAN e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo - SINDAEMA define que: (i) A parcela a ser distribuída a título de participação será definida pelo alcance das metas de desempenho estabelecidas para o período, proporcional ao salário base do empregado, limitado ao montante equivalente ao valor de 11% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis. (ii) A CESAN se compromete a partilhar até 8% do lucro líquido da empresa, conforme tabela VIII, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis, de forma linear, como parcela excedente, considerando-se as demais regras de apuração proporcional estabelecidas no presente regulamento e os descontos individuais.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 11.434 (R\$ 7.913 em 31 de dezembro de 2020) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos Empregados	31/12/2021	31/12/2020
Início do Exercício	7.913	13.332
Pago no Exercício	(7.462)	(12.963)
Constituído no Exercício	10.983	7.544
Final do Exercício	11.434	7.913
Lucro de Exercício	178.158	197.527
Reversão da GER	10.983	7.544
Lucro Após Reversão da GER	189.141	205.071
Reversão da CSLL sobre a GER	(10.144)	(10.308)
Lucro do Exercício para GER	178.997	194.763
Recálculo Benefício Fiscal (JSCP)	4.960	3.407
LUCRO PARA DISTRIBUIÇÃO	183.957	198.170
Valor máximo a distribuir- 8%	14.717	15.854

25. Receita operacional líquida

	Número de economias		Valores em R\$mil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento de água				
Residencial	868.079	847.938	505.009	480.894
Comercial	74.515	70.599	88.364	81.082
Industrial	970	965	94.038	77.565
Órgãos públicos	4.973	4.921	40.624	38.247
Outras receitas do fornecimento de água			(7.542)	1.307
	948.537	924.423	720.493	679.095
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	520.538	503.929	239.745	223.528
Comercial	48.911	45.307	55.873	49.722
Industrial	541	537	6.139	5.618
Órgãos públicos	2.503	2.263	17.117	14.838
Outras receitas dos serviços de esgoto			(3.844)	
	572.493	552.036	315.030	293.706
			1.035.523	972.801
(-) Deduções da receita				
PASEP			(17.458)	(16.222)
COFINS			(80.883)	(74.952)
			(98.341)	(91.174)
Total			937.182	881.627

25.1. Faturamento com partes relacionadas

As receitas por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para órgãos vinculados ao Estado do Espírito Santo e aos municípios são abaixo demonstradas.

NOME	31/12/2020	31/12/2019
Órgãos públicos estaduais	25.124	27.793
Órgãos públicos municipais	16.592	23.918
Total Geral	41.716	51.711

26. Custos de Serviços Prestados

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(131.017)	(122.677)
Despesas com materiais	(23.519)	(23.342)
Despesas com serv. terceiros	(153.392)	(133.662)
Depreciação/Amortização	(101.065)	(95.449)
Energia Elétrica	(124.456)	(94.115)
	<u>(533.449)</u>	<u>(469.245)</u>

27. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas de juros e acréscimos	36.233	15.090
Receitas Fin. de ganho com aplicações	10.278	7.603
Outras Receitas Financeiras	409	108
	<u>46.920</u>	<u>22.801</u>
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(18.889)	(14.061)
	<u>(18.889)</u>	<u>(14.061)</u>
	<u>28.031</u>	<u>8.740</u>

28. Despesas comerciais

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(20.909)	(21.892)
Despesas com materiais	(82)	(78)
Despesas com serv. de terceiros	(38.835)	(40.266)
Perdas no Recebimento Tarifas	(44.370)	(44.372)
Reversão de Perdas	-	-
Outras despesas	(218)	(209)
	<u>(104.414)</u>	<u>(106.817)</u>

29. Despesas administrativas

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(65.934)	(64.959)
Despesas com materiais	(4.363)	(2.456)
Despesas com serv. terceiros	(29.442)	(24.144)
Outras despesas	(7.008)	(4.311)
Despesas tributárias	(5.942)	(10.277)
	<u>(112.689)</u>	<u>(106.147)</u>

30. Outras despesas e receitas operacionais

	31.12.2021	31.12.2020
Subvenções para investimentos	3.917	3.883
Venda de bens do imobilizado	2.702	1.519
Vistorias e obras encomendadas	167	293
Pequenas receitas eventuais	1.968	1.132
Constituição de provisões	(30.261)	(21.122)
Reversão de provisões	3.877	9.484
Custo de bens baixados	(5.014)	(1.193)
	<u>(22.644)</u>	<u>(6.004)</u>

31. Conciliação da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

31.12.2021 31.12.2020

	31.12.2021	31.12.2020		
Resultado antes dos Impostos	187.314	197.527		
Juros sobre Capital Próprio	(82.500)	(88.000)		
Base de Cálculo	104.814	109.527		
Adições	834	1.348		
Exclusões	(3.917)	(3.883)		
Lucro Real	101.731	106.992		
	<i>IRPJ</i>	<i>CSLL</i>	<i>IRPJ</i>	<i>CSLL</i>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	9.156	-	9.629
Incentivos Fiscais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imp. de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	-	9.156	-	9.629
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
· Prejuízos fiscais	-	-	-	-
· Espargos de Princípios Contábeis - RTD	-	942	-	(1.677)
· IRRF / CSRF	-	(57)	-	(42)
Imp. de Renda e Contribuição Social - Despesa efetiva	-	10.041	-	7.910
Alíquota Efetiva	9,58%		7,22%	

32. Seguros

A Companhia celebrou contrato de Seguro de Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais. Em 31/12/2021 existem 12 apólices representando 12 processos judiciais no montante de R\$ 3.709 com a seguradora Junto Seguros.

A Companhia celebrou contrato com a empresa Gente Seguros cujo objeto é a prestação de serviços de seguro de vida em grupo, contemplando cobertura de indenizações referentes à morte natural ou acidental, invalidez permanente por acidentes ou doença funcional, destinado aos empregados ativos e dirigentes da CESAN, conforme estabelecido na Cláusula Décima Nona do Acordo Coletivo 2019/2020 (ACT). Em 31/12/2020 existem 1.305 empregados cobertos pelo seguro, o valor do prêmio para morte natural são R\$ 45 e para morte acidental são R\$ 90 no caso de doença ou acidente em que o empregado tiver seqüela permanente de alguns dos membros do corpo o valor é calculado de acordo com a tabela da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

33. Comprometimento de capital

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2020:

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Saldo em 31/12/2021				
Comprometimento de Capital	843.792	667.998	542.929	2.331.085

34. COVID-19

As condições de prevenção da pandemia ocorre regularmente e é devidamente acompanhada e orientada pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da empresa tendo como principais apoios regulamentos e procedimentos internos instituídos com o objetivo de se garantir condições apropriadas de enfrentamento a proliferação da doença na Cia. Com o avanço dos índices de vacinação de seus empregados a companhia retornou com o trabalho presencial a partir do mês de setembro reforçando as medidas para prevenção e controle da COVID-19, tais como: entrega de máscaras descartáveis, ampliação das sinalizações e adequações nos layouts de refeitórios, cantinas e salas de reunião, visando o distanciamento seguro, instalação de totens de álcool em gel nos locais com maior fluxo de pessoas e entrega de kits para todos os empregados contendo necessário para guardar máscaras descartáveis e frasco de álcool em gel para uso individual.

A empresa continua disponibilizando um canal 0800 de monitoramento gratuito e 24 horas para empregados da empresa e seus dependentes onde, através de uma equipe técnica qualificada, é prestado serviço de orientações, acompanhamento e atendimento aos casos relacionados a doença.

Dentre as regulamentações e procedimentos destaca-se que a empresa mantém constante acompanhamento do Mapa de Risco divulgado pelo Governo do Estado de modo a adotar medidas administrativas previstas em seus procedimentos, conforme a situação dos Municípios, buscando principalmente a redução de circulação de pessoas nos estabelecimentos da empresa sempre compatibilizado com a manutenção adequadas dos serviços. E ainda, seguindo as orientações dos órgãos competentes incluindo o Ministério Público do Trabalho, foi incluso no Programa de Controle de Saúde Ocupacional (PCMSO) da empresa requisito quanto a Vacinação contra COVID19 conforme Plano Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde. “

As agências físicas de atendimento ao Cliente possuem atendimento terceirizado, com atendente circulante em cada regional (são 5 regionais) e esse circulante conseguiu cobrir os atendentes terceirizados adoecidos. Tivemos apenas 2 agências fechados por motivos de adoecimento que não pode ser coberta pelo circulante, isso ocorreu na regional sul.

A abertura da agência é condicionada ao mapa de risco que o governo estadual divulga toda sexta feira no final da tarde. Trabalhamos por agendamentos (pelo site ou telefone 115). Em casos de risco alto com decreto municipal proibindo a

circulação de pessoas e a abertura das agências das concessionárias de serviços públicos, cumprimos o decreto municipal, o qual tivemos poucas ocorrências.

35. Reajuste Tarifário

Em fevereiro e maio de 2021, a Agência Reguladora comunicou aos usuários, agentes e demais interessados nos serviços prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan, as aberturas das Consultas Públicas ARSP nº 002/2021 e nº 004/2021, respectivamente, tendo a primeira consulta por objetivo recolher contribuições sobre a proposta de Resolução que aprova a metodologia e os procedimentos aplicáveis à realização da 1ª Revisão Tarifária Ordinária e Reajustes Anuais das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento regulados, com recebimento de contribuições no período de 22/02/2021 a 23/03/2021.

Quanto a segunda tendo por objetivo recolher contribuições e informações que subsidiarão a proposta de resolução que estabelece nova estrutura tarifária e aprovar os resultados da 1ª Revisão Tarifária Ordinária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan, com período para envio de contribuições de 27/05/2021 a 16/06/2021, que foi prorrogada para 01/07/2021.

Em agosto de 2021 foi aprovada e publicada a Resolução ARSP nº 051/2021, que estabelece nova estrutura tarifária e aprova os resultados da 1ª Revisão Tarifária Ordinária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan, com entrada em vigor em 1º de outubro de 2021.

36. Novo Marco Regulatório

Em 15/07/2020 foi publicada a lei nº 14.026/2020 que altera a Lei 11.445/2007 (marco regulatório do saneamento básico). A lei traz inovações importantes em relação ao legislação anterior como atribuição para Agência Nacional de Águas - ANA como órgão regulador do setor a nível nacional, a exigência de universalização dos serviços para 99% de atendimento para água e 90% de atendimento para esgoto até o ano de 2033, novas condições para a prestação dos serviços, como metas para redução de perdas; obrigatoriedade de indenização prévia de investimentos não amortizados na transferência de um prestador dos serviços para outro; obrigação de licitação para todos os novos contratos a partir de sua publicação, dentre outras.

Em 14/07/2021, através da Lei Complementar Estadual nº 968/2021 foi instituída a Microrregião de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo e sua respectiva estrutura de governança que terá, entre outros, objetivos como aprovar metas de interesse regional e apreciar planos, projetos e programas públicos ou privados relativos à realização de obras. A medida atende a uma exigência feita pelo novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB), que foi aprovado em 2020 e dava aos estados prazo até 15 de julho para criarem sua regionalização.

Em 30/12/2021, atendendo a lei nº 14.026/2020 e o decreto 10.710/2021, a Cesan apresentou junto a agência reguladora requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira, onde será analisado na primeira etapa, o cumprimento de índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros e na segunda etapa, a adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação. A agência reguladora tem o prazo de até 31/03/2022 para aprovar a comprovação de capacidade econômico-financeira da companhia.

Das 53 concessões operadas pela Companhia apenas sete não foram renovadas de acordo com a Lei 11.445/2007 que corresponde a XX,X% do faturamento total da Cesan, entretanto, a companhia mantém a prestação de serviços de saneamento básico nestes municípios até a vigência do contrato existente ou até que ocorram novos eventos para devolução das concessões ou assumir um novo contrato de concessão através do resultado da licitação.

.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Aurelio Linhalis - Diretor Presidente
Weydson Nascimento Ferreira - Diretor Administrativo e Comercial
Thiago José Furtado - Diretor Operacional
Pablo Ferrazo Andreão - Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Aurelio Linhalis
Jose Marcos Travaglia
Fabiano Venturim Canal
Rafael Grossi Gonçalves Pacífico
Fabiano Venturim Canal
Jose Alves Paiva
Pedro Meneguetti

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiusa
Davi Diniz de Carvalho
Manuel Virgilio de Araújo

CONTADOR

Reginaldo José de Castro
CRC/ES 11475-O

GERENTE FINANCEIRO E CONTÁBIL

Edmar José Zorzal
CRC-ES 6664-O

